

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Vende-se	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Estacionamento Eólico.....	2
Título: Setor elétrico impulsiona expansão de setor de gás	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Seca e subsídios fazem conta de luz subir quatro vezes mais que a inflação no ano ...	4
Título: Tarifa mais barata exige redução de subsídio	6
VEÍCULO: Correio Braziliense	7
Título: Novo risco de alta nas contas de luz	7
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: Eólicas terão destaque em leilão de energia	10
Título: Setor quer substituir óleo por gás no Nordeste	13
Título: Concessão da Ferrovia Oeste-Leste prevê prazo de 33 anos e outorga de R\$ 157 mi	15
Título: Importação de diesel cai após greve de caminhões	16
Título: O Brasil vai bem de trem.....	18
Título: Geração eólica da Echoenergia pode atingir 1 GW em 2018	20
Título: Usiminas começa a normalizar produção	22
Título: Votorantim prevê cortar mais dívida.....	24
Título: CVM critica direção da Petrobras no caso Pasadena.....	25

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Vende-se**

A Eletrobras anuncia amanhã a data, deve ser no final de setembro, em que será realizado o leilão de suas participações acionárias nas chamadas Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

O leilão prevê a venda da participação em 71 empreendimentos, entre parques eólicos e linhas de transmissão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Estacionamento Eólico**

Mercado Aberto

A administradora de estacionamentos índigo, que pertence ao grupo francês Vinci, vai investir de R\$ 50 milhões a R\$ 150 milhões em energia eólica no Brasil.

A empresa firmou uma parceria com a geradora Brain Energy para construir parques e abastecer shopping centers. O valor do aporte varia de acordo com o tamanho das usinas, o que depende da demanda de cada estabelecimento.

Em vez de cobrar pelos projetos, o gasto será amortizado durante o período em que a índigo for responsável pelas garagens dos empreendimentos, afirma Fernando Stein, diretor-executivo da companhia.

Um modelo similar já é adotado pela empresa quando ela constrói estacionamentos e, em troca, obtém contratos mais longos, diz ele.

Uma das principais dificuldades das consumidoras que comprem energia no ambiente livre é lidar com oscilações dos valores na renovação dos contratos, diz Daniel Andrade, sócio da Brain Energy.

"O objetivo do projeto não é necessariamente [reduzir a] tarifa, mas garantir energia a preço estável."

com Felipe Gutierrez, Igor Utsumi, Ivan Martinez-Vargas e Diana Lott

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Política****Autor: Taís Hirata****Título: Setor elétrico impulsiona expansão de setor de gás**

São Paulo- O maior acionamento de usinas termo elétricas, principalmente na região Nordeste, foi o principal motor de crescimento do setor de gás natural neste ano.

O aumento está relacionado à situação de seca no país. Quando os reservatórios de hidrelétricas estão baixos, usinas térmicas são acionadas para garantir o abastecimento de energia.

Nos primeiros seis meses de 2018, o volume de gás usado nessas usinas teve alta de 18,2% em relação ao mesmo período de 2017, segundo a Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado). O Nordeste respondeu por quase metade do aumento.

O consumo total do gás, que inclui aplicações industriais e uso doméstico, teve um aumento médio de 6% no mesmo período.

A expectativa é que a demanda até o fim deste ano siga em alta, segundo Marcelo Mendonça, gerente da Abegás.

Com o prolongamento da seca, a bandeira vermelha (adicional cobrado na conta de luz para custear o acionamento das térmicas) deverá durar até novembro, de acordo com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

Hoje, o acionamento das usinas elétricas é o principal responsável pela expansão do setor de gás natural, afirma Pedro Franklin, diretor da Comerc Gas (empresa de gestão de consumo de gás).

"As usinas térmicas, as existentes e as novas que virão, vão garantir o aumento da demanda por gás no Brasil. O consumo industrial está estabilizado há dez anos."

As distribuidoras de gás endossam a defesa de um leilão para contratar novas usinas térmicas no Nordeste — proposta que está atualmente em estudo pelo governo federal, com a possibilidade de sair ainda neste ano. O projeto é bastante controverso no setor elétrico.

Parte dos analistas defende que não é necessário contratar novas usinas agora por causa da baixa demanda por energia, resultado da lenta recuperação da economia.

Há também uma perspectiva de que o leilão provoque um aumento de R\$ 2 bilhões na conta de luz dos consumidores por ao menos 20 anos, a depender da forma de contratação das usinas, aponta cálculo da Abrace (associação nacional dos grandes consumidores de energia).

Para Mendonça, da Abegás, o leilão seria importante para ajudar a preservar os reservatórios das usinas hidrelétricas, dar segurança ao sistema de energia do país e mais estabilidade ao consumo de gás. A demanda do setor por mais usinas térmicas está também relacionada ao aumento da produção de gás associado ao pré-sal (gás que é encontrado junto ao petróleo nas reservas). Como a produção do pré-sal tem avançado a passos largos no país, há uma pressão por ampliar a demanda. No entanto, para que esse tipo de gás seja usado nas usinas, o modelo dos leilões precisaria mudar, segundo Franklin.

Hoje, as usinas térmicas operam com uma parcela fixa e uma variável — cerca de 50% da demanda é contínua ao longo do ano e os demais 50% só são acionados quando há falta de água. No entanto, o gás associado ao pré-sal requer uma demanda mais contínua — o que casa com a proposta de contratar usinas que funcionem "na base", por mais tempo ao longo do ano, e não sob esse modelo com mais flexibilidade.

Além da expansão da oferta de gás no país, há também uma perspectiva de que mudanças regulatórias promovidas pelo governo Michel Temer no mercado de gás natural ampliem a entrada de empresas privadas no setor — hoje dominado pela Petrobras —, segundo André Donha, sócio diretor da consultoria KPMG.

"Em um médio ou longo prazo, há uma tendência de entrada de novos atores no mercado de geração termoelétrica", afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Seca e subsídios fazem conta de luz subir quatro vezes mais que a inflação no ano

Energia elétrica. Tarifa teve aumento de 13,79% este ano, enquanto o IPCA entre janeiro e julho ficou em 2,94%; expectativa é de novos aumentos de preços; desde 2015, para não onerar o Tesouro Nacional, os custos do setor são transferidos ao consumidor

A conta de luz já aumentou quatro vezes mais que a inflação neste ano. Enquanto o IPCA entre janeiro e julho ficou em 2,94%, a energia elétrica para as famílias brasileiras subiu 13,79%. A disparada no preço da energia é resultado de uma série de fatores, que inclui falta de chuva, alta do dólar e o crescente

peso dos subsídios, encargos e tributos na tarifa elétrica. A expectativa é de que novos aumentos comprometam ainda mais a renda da população. “A tarifa tem subido de forma preocupante e está chegando ao limite de pagamento do consumidor”, afirma o diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino.

Segundo ele, além das questões conjunturais, como o baixo volume de chuvas, outros fatores estão pesando no custo da energia. Um deles é a decisão de elevar a cobrança de encargos na conta de luz para bancar, inclusive, programas públicos que não têm relação alguma com o setor elétrico. Hoje, os penduricalhos na conta de luz beneficiam, por exemplo, produtores rurais, atividades de irrigação, empresas que prestam serviços públicos de saneamento e consumidores de baixa renda. “A tarifa não é um saco sem fundo onde se pode enfiar tudo”, diz Rufino.

Desde 2015, para não onerar o Tesouro Nacional, os custos do setor são transferidos para o consumidor. De lá para cá, a tarifa de energia subiu 30 pontos percentuais acima da inflação, segundo levantamento feito pela empresa de comercialização e consultoria Safira Energia. Essa discrepância pode se acentuar. Emendas parlamentares incluídas no texto original da Medida Provisória que destrava a venda das distribuidoras da Eletrobrás podem aumentar o rol de subsídios.

Entre as propostas estão a ampliação da tarifa social (para consumidor baixa renda), o aumento do custo das térmicas a gás e a inclusão do custo de transporte de gás natural no gasoduto Urucu-Coari- Manaus na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – hoje um dos principais encargos cobrados no setor. Tudo isso seria repassado para o consumidor.

Sobrecarga.

De acordo com dados da Aneel, em 2014, os encargos tinham peso de 6% nas tarifas; no ano passado, essa participação já havia chegado a 16%. “Ficou fácil transferir tudo para o consumidor”, afirma o presidente da Associação Brasileiras de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace), Edvaldo Santana, ex-diretor da Aneel. Ele não vê chances de redução das tarifas nos próximos cinco anos e explica que a origem de boa parte dos problemas vem da intervenção feita em 2012 pela presidente Dilma Rousseff no setor elétrico.

Na época, para reduzir as tarifas em 30%, o governo criou a CDE para arcar com vários custos do setor. A intenção inicial era que o Tesouro arcasse com as despesas. Com a crise fiscal, esse plano foi abandonado e o problema jogado no colo do consumidor. Para piorar o quadro, o País passou a enfrentar um período

de estiagem que reduziu o nível dos reservatórios e obrigou o governo a colocar em operação térmicas movidas a óleo diesel, bem mais caras.

Esse problema criou no setor outro rombo bilionário, que é o chamado risco hidrológico. Para bancar a conta, o governo criou as bandeiras tarifárias, que oneram quem consome mais energia. Além disso, a alta do dólar tem encarecido a energia de Itaipu, responsável por 20% do consumo nacional.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Tarifa mais barata exige redução de subsídio

Avaliação de especialistas é de que essa é a solução mais viável no curto prazo

Um dos desafios do novo presidente da República no setor elétrico será barrar a escalada da tarifa de energia. Na avaliação de especialistas, esse trabalho passa pela redução dos encargos e também pelo maior equilíbrio da matriz elétrica, altamente dependente das hidrelétricas, além da conscientização do Congresso sobre a adoção de medidas que afetam diretamente o custo final para o consumidor. “Antes de fazer uma lei, que se faça uma análise para saber que impacto isso terá na tarifa de energia”, diz o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino.

A agência tem alertado o Congresso sobre o impacto na conta de luz das propostas incluídas na medida provisória que viabiliza a venda de distribuidoras da Eletrobrás. Da mesma forma, a Aneel foi contra o repasse para o consumidor do chamado risco hidrológico, associado ao uso de usinas térmicas, que geram energia mais cara.

O Ministério de Minas e Energia, no entanto, decidiu a favor, diz o presidente da Associação Brasileiras de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace), Edvaldo Santana, ex-diretor da Aneel. “Boa parte dos custos embutidos na tarifa nos últimos anos foi feita à revelia da Aneel, que disse não a tudo. E boa parte desses custos é resultado de ineficiência ou de conflito de interesse”, afirma Santana. O governo tem um grupo de estudo para propor uma solução à questão dos subsídios e encargos. O trabalho ainda não foi concluído.

Para o presidente da comercializadora de energia Comerc, Cristopher Vlavianos, o esforço para se contratar energia mais barata não chega ao consumidor por causa de todos os penduricalhos. Alguns encargos deviam ser eliminados, mas há implicações políticas e tributárias que impedem essa decisão, diz. Outro

ponto importante que afeta a tarifa é a composição da matriz elétrica brasileira, dependente do regime de chuvas. Segundo dados do Instituto Ilumina, a energia armazenada nos reservatórios equivale a dois meses de consumo. Em 2012, era pelo menos o dobro desse tempo.

O resultado é decorrente da seca mais longa e da política do governo de construir usinas sem reservatórios para evitar danos ambientais. Com reservatórios mais vazios e a expansão baseada em outras fontes, que também dependem das intempéries da natureza, como as eólicas, o sistema tem exigido mais energia térmica a óleo diesel.

“Nos últimos anos, as térmicas passaram a ser acionadas com mais frequência e por mais tempo (o que eleva o custo)”, diz o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, que defende uma matriz elétrica mais eficiente. “É um crime queimar óleo diesel para gerar energia. Isso está longe do razoável”, diz Rufino. A mudança desse quadro, no entanto, depende da oferta de combustíveis.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Novo risco de alta nas contas de luz

A privatização das distribuidoras da Eletrobras está ameaçada e, se não sair, as tarifas de energia podem ficar ainda mais caras. Depois que apenas um interessado apresentou lance pelo melhor ativo entre seis, em leilão no fim de junho, os agentes do setor elétrico ficaram receosos quanto ao resultado do próximo certame, marcado para 30 de agosto, que ofertará quatro companhias, justamente as mais complicadas. A Companhia Energética de Alagoas (Ceal), quase tão atrativa quanto a Centrais Elétricas do Piauí (Cepisa), arrematada pela Equatorial Energia no último dia 26, está com leilão suspenso por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), que impede a venda da empresa devido a um conflito com o governo de Alagoas.

Para complicar o quadro, além de estarem mais endividadas e com problemas mais graves, Amazonas Distribuidora de Energia, Boa Vista Energia, Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) e Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre) precisam da aprovação do Projeto de Lei nº 10.332/2018 para que as operações sejam viabilizadas. Aprovado na Câmara, o PL foi encaminhado ao Senado. No entanto, a liderança da Casa anunciou, na quarta-feira passada, que ele não será votado antes das eleições.

A decisão jogou um balde de água fria na Eletrobras, que precisa se livrar das distribuidoras para se tornar atrativa ao mercado, pois também está no Plano Nacional de Desestatização (PND). O conselho da estatal determinou a liquidação das companhias caso não sejam vendidas, o que pode tornar o cenário ainda mais dramático nos estados atendidos.

Para o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, nada muda, por enquanto. “O leilão continua agendado para 30 de agosto e qualquer mudança será informada ao mercado”, diz. Porém, para o bolso do consumidor, o impacto pode ser imediato. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) abriu audiência pública para discutir uma proposta de revisão do orçamento de 2018 da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que prevê aumento de R\$ 1,446 bilhão nas cotas anuais a serem pagas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica, com recursos recolhidos dos consumidores.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, um dos motivos da insuficiência orçamentária da CDE diz respeito aos recursos da Reserva Global de Reversão (RGR). “Isso é consequência direta do fato de a privatização das distribuidoras da Eletrobras não ter ocorrido no prazo previsto, porque elas estão se financiando com a RGR”, explica.

Apesar do quadro indefinido, o presidente da Eletrobras ainda espera vender as cinco distribuidoras. “Talvez não consigamos as cinco por conta da Ceal, que depende do STF. Se não houver solução para isso, pode sair um leilão com as outras quatro”, garante. Ele também não considera ruim que a Cepisa tenha recebido apenas um lance. “Os contratos estabelecem um conjunto de compromissos, como redução das interrupções de fornecimento de energia ao longo de cinco anos. O investidor teve de capitalizar a empresa no dia, com 30% dos investimentos do período, injetou R\$ 721 milhões na companhia”, argumenta.

Descontos

Nos leilões, vence quem mais reduz a tarifa atual. No caso da Cepisa, a Equatorial Energia ofereceu desconto de 8,5%. “Como é necessário um depósito em garantia para participar, a disputa se dá reduzindo tarifa, aumentando outorga e assumindo dívida de RGR”, explica Ferreira. Apesar do valor simbólico de R\$ 50 mil para cada empresa, a Equatorial ofereceu R\$ 100 milhões para o governo como bônus de outorga, e ainda assumiu uma dívida com a RGR de mais R\$ 800 milhões.

Com a venda da Ceal suspensa pelo STF, o foco são as quatro empresas que dependem da aprovação do projeto de lei. Sales, do Acende Brasil, observa que nenhum dos ativos que estão sendo leiloados é “fácil”. “As empresas foram destruídas pela péssima gestão e pelo uso político. Chegaram a uma situação em que quase não têm valor. São ativos muito complexos. Não se trata de um leilão que terá multidão, como os de transmissão têm sido”, avalia.

“A Cepisa foi arrematada por uma empresa que tem sinergia, com ativos no Maranhão, estado vizinho. Isso talvez possa se repetir com as demais”, aposta Sales. Do ponto de vista da Eletrobras, a necessidade do leilão é evidente. “O cenário alternativo, de liquidação, é o mais dantesco. A Aneel teria de leiloar a concessão limpa dos ônus da empresa”, estima.

Na opinião da advogada e economista Elena Landau, ex-conselheira da Eletrobras, o temor do mercado é compreensível dados os imbróglios jurídicos. “A Ceal é tão atrativa quanto a Cepisa, mas criou-se uma insegurança, porque Alagoas quer receber R\$ 1,7 bilhão. Eu, particularmente, acho que o estado não tem nada a receber. O governo fez uma venda em 1998 e o leilão deu vazio, porque as empresas foram passadas para a União em 1996. Não houve mais interessados e, a partir daí, foi tudo para a Eletrobras: investimentos e prejuízos”, conta. “As outras quatro distribuidoras pertencem a uma região complicada e dependem do PL 10.332”, acrescenta.

Segundo a especialista, a distribuidora Amazonas é integrada (tem ativos de geração, transmissão e distribuidora) e, para que a distribuição seja privatizada, é preciso fazer uma cisão. “O PL permite a desverticalização, então, precisa ser aprovado o mais rapidamente possível para permitir que a cisão seja feita a tempo”, avalia.

Elena lembra que o discurso contrário à privatização só causa prejuízo ao país. “O discurso de que a privatização vai piorar o serviço é vazio. O consumidor já está malservido. As perdas da Amazonas chegam a 44%”, alerta. “O que existe é um lobby de empregados e políticos, que querem manter o cabide de empregos. A Eletrobras tem salários três vezes maiores do que o setor privado”, revela.

O presidente da estatal admite a disparidade salarial. “Claro que os empregados da Eletrobras são contra a privatização, porque a média salarial do mercado é de R\$ 4,3 mil e eles ganham R\$ 11,7 mil”, afirma. No caso da Cepisa, compara Ferreira, 3 mil empregados podem ter ficado insatisfeitos com a venda, mas 3 milhões de piauienses foram beneficiados com desconto de 8,5% na tarifa de energia elétrica.

Para o especialista em infraestrutura Miguel Neto, sócio do Miguel Neto Advogados, a liminar do STF que suspendeu a venda da Ceal promove insegurança. “A Cepisa era a joia da coroa e teve só um interessado. Mesmo assim, acredito que o leilão das demais vai ocorrer. O governo vai seguir em frente porque o risco é a decepção de não vender. Mas não aposto em grande concorrência.”

No entender do especialista em energia Rodrigo Leite, da Leite e Roston Advogados, falta equilíbrio em relação à solvência e atratividade das empresas. “Depois da Cepisa, vai ficar cada vez mais difícil. Provavelmente, a Amazonas não terá interessados porque é a mais problemática, mais endividada, coleciona mais passivos”, afirma. “O investimento precisa ser grande para rentabilizar a empresa”, completa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

Título: Eólicas terão destaque em leilão de energia

O leilão de geração A-6 marcado para 31 de agosto, que vai negociar projetos com início de fornecimento da energia em 2024, deve ter grande contratação de energia eólica. As termelétricas, que foram destaque no último certame do mesmo tipo, contudo, devem ter espaço limitado devido a alterações no edital que reduziram a atratividade da fonte.

O secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Eduardo Azevedo, afirmou na semana passada ser "razoável" pensar em uma contratação de 1 gigawatt (GW) de capacidade de fonte eólica no leilão. "Há uma perspectiva importante e interessante para [contratação] de eólicas", disse ele, em evento no Rio.

Na avaliação de especialistas, a demanda do leilão deve ser baixa, devido às incertezas em relação ao desempenho da economia do país. Com isso, não haverá espaço para a contratação de projetos de usinas termelétricas a gás natural de grande porte.

"A demanda vai ser baixa, as distribuidoras estão sobrecontratadas. Não vai ter espaço para térmicas muito grandes", afirmou o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires. Para ele, o leilão deve contratar 500 MW médios de energia. "Não mais que isso."

Para o professor Nivalde de Castro, do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, não há cenário de recuperação da demanda do mercado cativo

(por meio dos leilões regulados), em razão da crise política e econômica, que vem derrubando as expectativas de investimento e crescimento do PIB. "O mercado cativo vem perdendo espaço para o mercado livre, o que contribui ainda mais para reduzir a demanda que as distribuidoras apresentam para o leilão."

No leilão A-6 de dezembro do ano passado foram contratados 1.870,9 megawatts (MW) médios de termelétricas a gás natural, que pretendem usar combustível das reservas do pré-sal. Dificilmente o cenário se repetirá desta vez, por causa de uma alteração na sistemática da disputa. Agora, só será possível contratar o volume necessário para fechar a demanda do certame.

"O grande problema aqui é que antes o leilão contratava a térmica inteira, mesmo que a demanda fosse apenas para um pedaço dela. Agora, só esse pedaço da usina pode ser contratado", explicou uma fonte do setor.

Por exemplo, se houvesse demanda para 100 MW de potência e uma termelétrica de 1.000 MW fosse contratada, os outros 900 MW seriam vendidos como "sobrecontratação involuntária". Agora, poderá ser contratada apenas a demanda declarada (os 100 MW), mesmo se for um percentual pequeno do projeto. Com isso, o restante (900 MW) deveria ser negociado no mercado livre - o que dificultaria o financiamento, inviabilizando o projeto.

O motivo da mudança foi evitar a sobrecontratação desnecessária de termelétricas. Para João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia, isso é um equívoco. "As distribuidoras estavam comprando mais energia do que precisavam, mas de forma alguma isso é ruim para o sistema, porque a segurança do abastecimento depende de térmicas", disse.

Com a redução do espaço das termelétricas, os parques eólicos devem ser destaque no certame, ainda que a demanda possa ser menor do que a defendida pelo setor. A presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Élbis Gannoum, defende que a fonte precisa de no mínimo 1.000 MW anuais em novos contratos para que a cadeia de produção possa ser mantida e se recupere após um período sem certames (entre 2015 e 2017).

Investidores experientes do setor eólico estão traçando suas estratégias para o leilão. A Rio Energy, por exemplo, estuda adotar postura usada por outras geradoras no último certame: contratar parte da energia do parque eólico no leilão regulado, para garantir a conexão à transmissão, e negociar outra parcela no ambiente livre. "A ideia é minimizar a garantia física [dos projetos] no leilão e maximizar no livre", disse o presidente da Rio Energy, Marcos Meireles. A empresa planeja colocar à disposição do leilão 300 MW de projetos na Bahia e quase 200 MW no Ceará.

Com estratégia parecida, a Casa dos Ventos organizou um leilão prévio no mercado livre, na última sexta-feira, para montar sua estratégia para o A-6. O leilão serviu para negociar com comercializadoras e consumidores livres contratos de energia de novos projetos, que também podem ser colocados no leilão A-6, fazendo um mix entre os dois ambientes de negócios.

Segundo o diretor financeiro Ivan Hong, a Casa dos Ventos tem 10 GW de capacidade de projetos prontos para serem construídos. A maior parte deles está em Pernambuco, Bahia, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

Entre comercializadoras interessadas em comprar energia eólica no mercado livre, está a Electra Energy. A empresa pretende adicionar nos próximos meses 40 MW médios de energia de usinas eólicas ao seu portfólio de contratos no mercado livre.

Segundo relatório da consultoria K2 Management, os custos da energia eólica na América Latina estão caindo drasticamente, provocando impacto significativo na abordagem e na metodologia por trás do desenvolvimento de projetos na região. "É evidente que a evolução do mercado alterou significativamente o nível e o tipo de riscos associados ao desenvolvimento bem-sucedido de projetos de larga escala", afirmou o diretor-geral da K2 Management na América Latina, Hebert Nascimento.

Os preços das eólicas, porém, não devem ser tão baixos como nos últimos leilões, em que ficaram abaixo de R\$ 100 por megawatt-hora (MWh). Mudanças nas regras do certame aumentaram a isonomia entre as fontes, mas, ao mesmo tempo, elevaram o risco da fonte eólica.

"Esse edital tem mudanças importantes, como o produto por quantidade para eólicas", disse Tiago Correia, diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e relator do processo de aprovação do edital do leilão.

Até então, a fonte eólica era negociada em leilões no mercado regulado como um produto por disponibilidade, na qual os empreendimentos recebiam uma receita fixa, e a medição da energia gerada era anual. Com isso, o risco ficava com as distribuidoras, repassado ao consumidor por meio da tarifa.

O governo tomou a iniciativa de estudar uma mudança nesse tipo de contrato, por considerar que a fonte eólica está madura o suficiente, com custos menores e preços decrescentes. O contrato será diferente dos outros do tipo, sazonalizado de acordo com a curva de produção projetada pelas usinas.

Foi descartado impor um contrato por quantidade como o das hidrelétricas, com sazonalização de acordo com a demanda dos compradores (as distribuidoras). A justificativa para isso é o fato de que as usinas hídricas

conseguem alocar no sistema mais ou menos energia dependendo do período do ano (mais seco ou chuvoso) por meio do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), uma espécie de "condomínio virtual" na qual toda a energia hidrelétrica gerada é repartida entre os consumidores. Mesmo se uma das usinas gerar menos que outra, o mecanismo faz a compensação igualando o percentual da garantia física de cada usina gerada no período.

No caso das eólicas, a geração ao longo do ano é inversamente proporcional a das hidrelétricas, mais concentrada nos meses mais secos. O consumo, por sua vez, segue o comportamento das hidrelétricas. Se a energia gerada pelas eólicas precisasse ser sazonalizada de acordo com a carga, o risco seria tão alto que poderia inviabilizar projetos na área, segundo Mello, da Thymos Energia.

Isso dificultaria, inclusive, a obtenção de financiamentos para os projetos. Segundo Correia, da Aneel, a mudança no edital foi discutida com os bancos para que chegassem a uma equação que permitisse a viabilização financeira dos contratos por quantidade das eólicas. "Com o produto por quantidade para eólicas, havia um risco grande para o gerador. Mas ele não precisa ficar exposto", explicou ele.

O contrato por quantidade "tradicional", com sazonalização de acordo com a demanda, era defendido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A ideia era que o gerador assumisse o risco e procurasse meios para mitigá-lo, como a compra de contratos de energia no mercado livre. O argumento era que, como os preços da fonte eólica caíram muito nos últimos anos, ainda que ficassem ligeiramente mais altos por causa disso, continuariam competitivos, e o risco sairia do consumidor.

A CCEE e EPE alegavam que a alocação da energia de acordo com a geração poderia impor riscos aos consumidores, que não teriam os contratos concentrados na época em que a demanda é maior. Isso não vai acontecer com este leilão porque a demanda será baixa, e o volume contratado não deve ser significativo para causar qualquer tipo de distorção.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Setor quer substituir óleo por gás no Nordeste

Já prevendo o insucesso de grandes usinas termelétricas no leilão A-6 do fim deste mês, o setor está se movimentando para tentar viabilizar a substituição de

usinas termelétricas antigas a óleo combustível do Nordeste, mais caras e poluentes, por novos projetos a gás natural.

Um estudo preparado pela Thymos Energia a pedido da Associação Brasileira Geradoras Termelétricas (Abraget) aponta que, se as usinas a óleo tivessem sido substituídas por novas unidades acionadas a gás natural entre 2012 e 2015, o consumidor teria obtido uma economia de R\$ 6 bilhões por ano, evitando custos decorrentes da geração das usinas mais caras, da exposição ao risco hidrológico e também com encargos.

De acordo com o estudo, a substituição também evitaria que os reservatórios das hidrelétricas tivessem enfrentado a situação crítica dos últimos anos, que resultou em seu esvaziamento. Como as térmicas a gás têm custo mais baixo, seriam despachadas com maior frequência do que as a óleo, poupando a água das barragens que abastecem as usinas hidrelétricas.

O **Valor** apurou que a proposta de realização de um leilão para contratação de termelétricas a gás natural foi apresentada na última reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), há duas semanas. Na ocasião, porém, o colegiado não aprovou a medida de imediato e determinou a realização de estudos mais aprofundados sobre a necessidade de implantação de termelétricas no Nordeste.

"Não somos contra térmicas. Achamos que temos que estudar qual é o melhor momento para fazer o leilão. Fazer qualquer coisa agora significa que vai ter impacto daqui a quatro anos. Se gastarmos dois meses estudando, pode ser que não tenhamos impacto nenhum", explicou o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata.

Os críticos da ideia do leilão apontam, entre outras questões, que as distribuidoras de energia já incluíram o fim dos contratos com as usinas a óleo na projeção de demanda para os próximos anos. Essa projeção é que baliza a contratação de energia nos leilões que estão acontecendo agora.

Caso os estudos indiquem a necessidade de construção de usinas termelétricas na região, será necessário um segundo estudo para determinar qual seria o melhor mecanismo de contratação dessa fonte. "O sensato foi o que prevaleceu na reunião. É preciso estudar profundamente o assunto e não adotar uma alternativa de forma corrida, principalmente tendo sido proposto um leilão que foi abandonado por ser ineficiente [leilão de energia de reserva]", disse um interlocutor.

Aqueles que defendem o leilão das termelétricas ainda não definiram um modelo para a contratação dessas usinas. A ideia que prevalece é que as novas

termelétricas devem entrar em operação conforme os contratos vigentes das usinas a óleo forem vencendo ao longo dos próximos anos. Um ponto de convergência no setor é que a energia deve ser contratada diretamente pelas distribuidoras, o que descarta a configuração de um leilão de reserva, na qual a garantia física era contratada pelo governo.

Com a determinação de realização de mais estudos sobre a real necessidade de implantação de projetos termelétricos a gás natural no Nordeste, um especialista do setor disse ser pouco provável que um leilão específico para contratação da fonte seja realizado ainda neste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Concessão da Ferrovia Oeste-Leste prevê prazo de 33 anos e outorga de R\$ 157 mi

Alvo dos chineses, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) terá um passo importante para sua concessão à iniciativa privada nos próximos dias, com a abertura de audiência pública pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para discutir os estudos de viabilidade técnica e econômica do projeto.

A proposta inicial do governo é oferecer um contrato de 33 anos para a exploração do trecho de 537 quilômetros da ferrovia entre os municípios baianos de Caetitê a Ilhéus. O plano prevê investimentos de R\$ 3 bilhões pelo futuro concessionário. A maior parte dos desembolsos seria na conclusão das obras remanescentes e na compra de material rodante (locomotivas e vagões).

Além disso, a ideia é cobrar outorga mínima de R\$ 157 milhões no futuro leilão. Se houver mais de um interessado, ganhará quem apresentar o maior lance. Isso representa uma pequena fração dos R\$ 3,4 bilhões que a Valec já gastou no projeto. Uma das estrelas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a ferrovia deveria ter ficado pronta em 2012. Seis anos depois do prazo determinado, o projeto tem 75,4% de execução. O histórico inclui abandono de canteiros pelas empreiteiras contratadas e problemas de licenciamento ambiental que ainda não foram totalmente resolvidos.

Para o secretário de fomento para ações de transportes do Ministério dos Transportes, Dino Antunes Batista, é extremamente desafiador ter uma concessão simples para projetos de ferrovias, como se faz com rodovias ou aeroportos. "O prazo para a maturação de uma ferrovia é enorme, é difícil fazer uma estruturação para fazê-la parar em pé. Ferrovia demora para ser feita, custa muito e normalmente só começa a gerar receita quando está concluída de ponta a ponta."

Segundo ele, o modelo aplicado na Fiol e na Norte-Sul acaba se assemelhando a uma espécie de parceria público-privada, na qual as contrapartidas da União foram dadas não em dinheiro - mas por meio de obras da Valec. "E, de certa forma, com uma vantagem no Brasil atual: diminuindo o risco de implantação do projeto, que engloba licenciamento, engenharia, desapropriações", afirma os secretários.

Batista admite que não há mais tempo suficiente para realizar o leilão da Fiol neste ano, mas estabelece como meta o lançamento até dezembro do edital definitivo da ferrovia. Para isso, depois de receber as contribuições de interessados na audiência pública, ainda será preciso enviar os estudos e minuta de edital para aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU). O novo governo pegaria tudo engatilhado para a concessão no primeiro trimestre de 2019. Bastaria a decisão de levar o plano adiante.

Os chineses, em especial a China Construction Communications Company (CCCC), tem sido apontada como maior interessada na Fiol. O próprio embaixador do país em Brasília, Li Jinzhang, sempre indica a ferrovia baiana como um dos principais empreendimentos no foco de Pequim.

O secretário reconhece que ter um "cliente-âncora" facilita a viabilidade de qualquer projeto ferroviário. No caso da Fiol, esse papel cabe à Bamin, empresa sob controle de investidores do Cazaquistão que detém uma jazida de minério de ferro em Caetité. A produção da mina, no entanto, depende não só da ferrovia, mas da implantação do Porto Sul de Ilhéus.

A Bamin já obteve autorização da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e da Secretaria Nacional de Portos para instalar um terminal privativo no futuro porto, mas nada saiu do papel até agora. O investimento é estimado em cerca de R\$ 2 bilhões. O contrato da Fiol vai prever que, em caso de desistência da mineradora em construir o terminal, a obra poderá ser assumida pelo concessionário da ferrovia. Segundo Batista, a Valec continuará tocando - à medida que seu orçamento permitir - as obras dos quase mil quilômetros nos dois outros trechos projetados da Fiol. Um irá de Caetité a Barreiras, com forte produção agrícola, e outro se estenderá até conectar-se à Norte-Sul.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Edna Simão | De Brasília

Título: Importação de diesel cai após greve de caminhões

Após a intervenção do governo no preço do diesel para acabar com a greve dos caminhoneiros, a importação do produto entrou em queda. Em junho e julho, a

redução em valores foi de 23,9% e 14,2%, respectivamente, na comparação com o mesmo período do ano passado, conforme dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic).

A queda começou em junho, logo após a criação dos subsídios ao produto, e interrompeu a série de altas que vinha desde o começo do ano. Na comparação com um ano antes, a importação de diesel subiu 141% em janeiro, registrou estabilidade em fevereiro, avançou 48,7% em março, 67,9% em abril e 16,7% em maio.

Em volume, a importação começou a cair (8,5% na comparação com um ano antes) em maio, justificada por especialistas pela greve dos caminhoneiros naquele mês.

O presidente-executivo da Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, afirma que a decisão do governo de trabalhar com um preço inferior ao praticado no mercado internacional inviabiliza as importações. Ele diz que, mesmo havendo subsídio também na compra do diesel estrangeiro, a operação deixa de ser atrativa pois não compensa o custo. "Os independentes interromperam suas operações porque o preço no mercado interno está inferior ao do externo", disse Araújo.

Para agravar a situação, diz, o governo está repassando com atraso o pagamento do subsídio, o que ainda levanta dúvidas sobre esse programa - que destinou R\$ 9,5 bilhões para a redução de R\$ 0,30 no preço por litro de diesel na bomba. Segundo ele, o atraso de pagamento chega a R\$ 80 milhões para as empresas ligadas à entidade. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) informou que os procedimentos para os pagamentos estão sendo atualizados e que em breve serão normalizados. Mas não se comprometeu com prazos.

Na avaliação de técnicos do governo, a queda nas importações do diesel é pontual e deve ser revertida no decorrer do ano. Para a coordenadora de Pesquisas da FGV Energia, Fernanda Delgado, a greve dos caminhoneiros fez cair o consumo e, por isso, mexeu com a importação.

"A intervenção do governo não é saudável. Para jogar preços para baixo, é preciso ter concorrência, estimular a entrada de players privados. Mas para isso é necessária paridade com o mercado internacional", diz Fernanda. Para ela, as regras para recebimento dos subsídios não são claras.

A balança comercial de petróleo de janeiro a julho teve saldo de US\$ 5,701 bilhões, crescimento de 50% em relação a igual período de 2017. A exportação cresceu 26,4% (US\$ 17,255 bilhões) e a importação subiu 17,5% (US\$ 11,554 bilhões). **(Colaborou Fábio Pupo)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Opinião****Autor: Fernando Paes****Título: O Brasil vai bem de trem**

Temos acompanhado o debate em torno das propostas anunciadas pelo governo federal a respeito das renovações antecipadas dos contratos de concessão das ferrovias de carga. Ninguém duvida que o Brasil necessita urgentemente de uma política pública que busque uma matriz de transportes mais equilibrada, com maior participação do modal ferroviário, e é muito importante que o tema seja amplamente discutido.

A renovação antecipada foi incluída no Programa de Investimento em Logística do Governo Federal em junho de 2015. A agenda, portanto, tem mais de três anos de discussões por parte dos agentes públicos e de toda a sociedade civil, incluindo juristas e economistas especializados no setor. Já foram realizadas uma série de audiências públicas para debater a questão, e várias outras estão previstas para ocorrer nos próximos meses.

Mas é preciso dar um passo atrás e recuperar o histórico do modal ferroviário para entender como chegamos até aqui. Símbolo de pujança e vigor econômico nos países desenvolvidos, as ferrovias começaram a entrar em decadência no Brasil a partir da década de 1950, com a adoção de uma política que priorizou as rodovias. Fruto do desinvestimento no setor, nos anos 1990, a Rede Ferroviária Federal acumulava, em valores presentes, R\$ 2,2 bilhões em prejuízos e realizava um déficit operacional anual de R\$ 300 milhões aos cofres públicos (segundo o BNDES).

Ao contrário do que o saudosismo pode dar a entender, o processo de desestatização da gestão da malha ferroviária não foi o responsável pela decadência do modal. As concessionárias herdaram ferrovias centenárias, com engenharia ultrapassada, com passivos operacionais e trabalhistas, ativos sucateados e traçados obsoletos que não atendiam o surgimento das novas regiões produtoras do país.

Ao assumirem a malha ferroviária, essas concessionárias desoneraram o Estado. Mais do que isso, arrecadaram quase R\$ 40 bilhões para o governo em outorga, arrendamento e tributos. Por outro lado, nos últimos 21 anos, investiram R\$ 92 bilhões no sistema ferroviário, o que permitiu um aumento de 173% na produção ferroviária e um crescimento de 113% na movimentação de carga.

O transporte de contêineres cresceu 128 vezes e, em paralelo, as ferrovias reduziram em 86% os índices de acidentes. Se todos esses dados não

permitiram um salto maior na participação do modal em nossa desequilibrada matriz de transportes, é inegável, contudo, que o setor avançou bastante se comparado ao período anterior.

A renovação dos contratos é fundamental para o destrave de mais investimentos para o setor e não é açodada

Vale também ressaltar os esforços para a viabilização do direito de passagem entre as malhas, que vencem, inclusive, o desafio técnico do compartilhamento de carga em ferrovias com bitolas distintas. Excluindo-se o minério de ferro, das 122,4 milhões de toneladas transportadas em 2017, 70,5 milhões utilizaram o direito de passagem. Ou seja: praticamente 60% de toda a carga transportada por trilhos no país atravessam malhas de terceiros. Em 2006, esse percentual era de apenas 36,5%.

É o direito de passagem pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), operada pela Vale, e pela Transnordestina que viabiliza, atualmente, o único acesso portuário da Ferrovia Norte-Sul (ao Porto do Itaqui, no Maranhão). A duplicação da EFC, neste ponto, mostrou-se fundamental para a viabilização da concessão do tramo central da Ferrovia Norte-Sul, que deverá ocorrer ainda este ano, e para a implantação do Terminal de Grãos do Maranhão.

Da mesma forma, só que na outra ponta da Norte-Sul, os investimentos realizados pela Rumo Logística, pela MRS e pela VLI, por meio das renovações antecipadas, garantirão amplo acesso daquela ferrovia também ao Porto de Santos, além de viabilizar a expansão de empreendimentos estratégicos para o escoamento de produtos agrícolas, como o Tiplam e os terminais de grãos da Ponta da Praia.

No caso da Malha Paulista, único que já passou por audiência pública, o projeto prevê mais do que duplicar a capacidade da ferrovia que dá acesso ao maior porto do país. Isso em apenas seis anos. Não é pouca coisa.

As concessionárias estão dispostas a investir fortemente no sistema ferroviário, R\$ 25 bilhões em cinco anos - e estão preparadas para isso. Além de permitir investimentos na malha atual, a renovação antecipada viabilizará investimentos em regiões carentes de infraestrutura.

Os chamados investimentos cruzados poderão tirar do papel projetos como a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) e o Ferroanel de São Paulo. Ambos são projetos antigos e, ao mesmo tempo, urgentes para o país, sendo que o primeiro já conta, inclusive, com estudos de viabilidade e licenciamento ambiental. A Fico é uma demanda antiga do Centro-Oeste, que vê na sua construção uma alternativa de ligação do leste do Mato Grosso - nova e mais

promissora fronteira agrícola do país - com o tramo central da Ferrovia Norte-Sul, possibilitando o escoamento da safra pelos portos do Itaqui e de Santos.

O setor investiu e se modernizou, a indústria ferroviária nacional foi reerguida, o Brasil tem hoje domínio técnico para avançar mais, ampliar sua malha e aproximar as operadoras das famosas ferrovias "classe 1" do mundo. A renovação dos contratos é urgente e fundamental para o destrave de mais investimentos para o setor, mas não se pode dizer que é açodada. Afinal, trata-se de debate que já ocorre há pelo menos três anos.

Por quantos anos ainda continuaremos a enxergar os trilhos pelo retrovisor com o olhar saudosista da ferrovia dos tempos de Dom Pedro II?

Fernando Simões Paes é advogado e diretor executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Geração eólica da Echoenergia pode atingir 1 GW em 2018

A Echoenergia, braço de investimento em projetos de energia eólica no Brasil criado há pouco mais de um ano pelo fundo britânico Actis, caminha para atingir a marca de 1 gigawatt (GW) em projetos na carteira ainda neste ano. Para se ter uma ideia do desafio, como o mercado eólico é muito pulverizado, a maior companhia do setor no Brasil é a CPFL Renováveis, que tem aproximadamente 1,3 GW na fonte eólica.

Atualmente, a Echoenergia tem 650 megawatts (MW) em operação e 50 MW em construção. Além disso, a companhia fechou um acordo para construir um parque de 100 megawatts (MW) no Rio Grande do Norte. O grande diferencial do projeto é que ele não tem um contrato de compra (PPA, na sigla em inglês) firmado por leilão com distribuidoras, e será destinado ao mercado livre de energia.

Para viabilizar a obra no mercado livre, a Echoenergia firmou um contrato com um grande consumidor de energia, com duração de 10 anos a partir de 2020, quando o ativo deve entrar em operação. Por razões confidenciais do contrato, o nome do cliente não pode ser revelado.

"O mercado livre é novo e diferente do que estamos acostumados no setor de energia eólica. A medição é mensal, e há o risco adicional de que, se você não gerar o contratado, fica exposto ao preço spot", explicou Edgard Corrochano,

presidente da Echoenergia. Por isso, para esse projeto, a companhia fez uma intensa análise de dados para escolher o projeto com maior nível de eficiência e menor risco. O financiamento está sendo negociado com o Banco do Nordeste (BNB), que oferece uma linha específica para esse tipo de projeto.

A busca por um cliente também foi complexa, pois uma exigência era que fosse um consumidor com rating de crédito "AAA" e com o consumo no Nordeste, para não haver risco de diferenças de preços entre submercados. As características do mercado livre tiveram reflexo no preço do contrato, que saiu em um patamar superior ao dos últimos leilões de energia. "O projeto para o mercado livre precisa ser o melhor, com rápidas obtenção de financiamento e construção", completou.

A Echoenergia já negocia outro contrato de longo prazo de venda de energia no mercado livre, de um projeto que terá 170 MW de potência. A expectativa da companhia é assinar o acordo já no próximo mês.

Em abril, a companhia comprou 216 MW em projetos em operação e outros 138 MW em construção

Os 270 MW de potência fazem parte de 500 MW em projetos desenvolvidos por outra empresa (também confidencial) adquiridos pela Actis nos últimos meses. Com isso, restarão 230 MW na carteira da companhia. Parte dessa energia está habilitada para o leilão de geração marcado no fim do mês, mas a participação da companhia vai depender dos preços negociados. A Echoenergia chegou a se habilitar para os últimos leilões de energia eólica, mas os preços muito baixos, na faixa de R\$ 100 por megawatt-hora (MWh), afastaram a companhia. "Para nós, esses preços não funcionam, queremos gerar valor", disse.

Para o próximo leilão, o desafio é ainda maior, uma vez que os contratos serão por "quantidade", com medição mensal, no lugar de anual, aumentando os riscos para os investidores. Segundo Corrochano, isso aproxima ainda mais os contratos do mercado regulado com os do mercado livre, exigindo mais conservadorismo e maiores taxas de retorno. "Esperamos que as mudanças sejam quantificadas nos preços", disse.

Esses não são os primeiros investimentos da Echoenergia neste ano. Em abril, a companhia comprou 216 MW em projetos em operação e outros 138 MW em construção. Parte das obras já foi concluída, restando apenas 50 MW em ativos na Bahia e Rio Grande do Norte. A companhia não releva de quem adquiriu os projetos, mas o **Valor** apurou que a vendedora foi a espanhola Gestamp.

"Nossa ambição é chegar a 1,5 GW, temos recursos do acionista para isso", disse Corrochano. De acordo com o executivo, a Actis já investiu mais de R\$ 2

bilhões por meio da companhia, que também busca outras soluções de financiamento no mercado para as expansões planejadas.

A Actis, gestora com atuação em mercados emergentes e voltada para investimentos em energia e setor imobiliário, lançou a Echoenergia em abril de 2017. A primeira grande aquisição da eólica foi anunciada em maio do ano passado, quando a companhia comprou dois complexos eólicos da Casa dos Ventos, somando 346 MW de potência já em operação.

O veículo foi criado a partir de um fundo de US\$ 3 bilhões captado em 2017. Os recursos levantados também tiveram como destino a Atlas Renewable Energy, que nasceu com a aquisição dos ativos de energia solar da SunEdison, inclusive 200 MW em projetos ainda não desenvolvidos no Brasil. O foco da Atlas é em projetos da fonte solar na América Latina.

A Actis também investe em eólicas no Brasil por meio da Atlantic, comprada em 2013 e que hoje tem 642 MW em ativos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza, Renato Rostás e Graziella Valenti | De Belo Horizonte e São Paulo

Título: Usiminas começa a normalizar produção

A Usiminas já começou a normalizar sua produção de aço em Ipatinga (MG), depois que um dos gasômetros da usina explodiu na sexta-feira e levou a companhia a paralisar temporariamente suas atividades. Os altos-fornos, ponto-chave das áreas primárias, ainda estão desligados e voltarão à ativa de maneira gradual, mas uma parte da laminação já está normalizada, informou a empresa, ontem, em nota.

Segundo o comunicado da siderúrgica, todos os setores da unidade que não têm relação direta com o gasômetro responsável pelo incidente já voltaram a funcionar. A laminação a frio e a galvanização da Unigal, empreendimento conjunto com a Nippon Steel & Sumitomo Metal, por exemplo, estão operando. A partir de hoje, outras áreas, como a administrativa, também funcionarão normalmente.

"Os colaboradores que atuam em áreas que ainda não voltaram ao funcionamento regular apoiarão nas atividades necessárias à retomada das operações", diz o comunicado. Desde o dia da ocorrência, a empresa tem trabalhado para acalmar o mercado, e uma fonte próxima à siderúrgica disse ao **Valor** que provavelmente o retorno à normalidade não demoraria muitos dias.

Por enquanto, a companhia informa que ainda não há data para a volta total da produção, mas que as preparações para uma retomada gradativa estão em curso.

Áreas de laminação a frio e galvanização voltaram a operar, mas ainda não há previsão para retomada total

Na sexta-feira, um gasômetro da usina de Ipatinga, a maior da empresa mineira, explodiu por volta de 12h40, deixando 34 pessoas feridas. Todos foram atendidos no hospital Márcio Cunha, pertencente à Fundação São Francisco Xavier, fundada pela própria Usiminas, e tiveram alta até a manhã do sábado. O fato de a explosão ter se dado na hora do almoço ajudou a reduzir os potenciais danos. No total, 4 mil pessoas estavam na usina.

Por conta do acidente, a unidade teve de ser completamente paralisada e seus funcionários, retirados, mas no próprio fim de semana algumas atividades começaram a voltar ao normal. Segundo a Usiminas, os gasômetros estavam em dia com a manutenção preventiva e seguem os padrões internacionais.

A explosão foi sentida em várias partes da cidade, localizada no Vale do Aço. Houve relatos ao **Valor** de vibração nas janelas de casas, tremores em prédios e até de pessoas que decidiram sair momentaneamente da região. De acordo com o jornal mineiro "O Tempo", citando o Observatório Sismológico da Universidade de Brasília (UnB), o abalo chegou à magnitude 1.8 na escala Richter.

Mesmo que a produção demore a chegar à capacidade de antes do acidente, para o resultado da Usiminas o impacto pode ser neutro. Isso porque, como mostram as demonstrações financeiras de 2017 da siderúrgica, há uma apólice de seguro contratada para riscos operacionais, como é padrão de grandes indústrias, que se encerra em 31 de dezembro. A indenização cobre até US\$ 600 milhões.

A reação do mercado, contudo, foi forte após a notícia. As ações preferenciais classe A da Usiminas, que compõem o Ibovespa, caíram 7,3% na sexta-feira, fechando a R\$ 7,91 cada - terceira maior queda do principal índice da B3 no dia - , mas chegaram a recuar 10,9% na mínima, de R\$ 7,60. Foi a segunda desvalorização mais aguda dos papéis em 2018 e que levou o preço ao menor nível em um mês.

Em e-mail enviado a clientes, o Itaú BBA considerou o movimento na bolsa "exagerado".

A explosão do gasômetro foi o segundo incidente registrado na usina durante a semana passada. Na quarta-feira, Luis Fernando Pereira, funcionário da

contratada Abreu Manutenção Operação Industrial (Amoi), e que prestava serviços à Usiminas desde 2016, sofreu acidente fatal na aciaria durante uma manutenção.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e Região (Sindipa) diz que o terceirizado ficou preso durante um vazamento de gás e morreu no local. A Usiminas nega qualquer relação entre o ocorrido da quarta e o da sexta.

Equipes técnicas designadas pela siderúrgica, acompanhadas por autoridades, estão apurando as causas do acidente. A companhia reitera que está cooperando e dando todas as informações requisitadas pelo poder público. Na própria sexta-feira, o governo de Minas Gerais chegou a enviar técnicos para medir a qualidade do ar na cidade e avaliar as condições dos equipamentos na usina.

A unidade de Ipatinga é a única da Usiminas que ainda produz em altos-fornos, depois que a empresa desligou as áreas primárias em Cubatão (SP). A usina tem cerca de 6,5 mil funcionários diretos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Votorantim prevê cortar mais dívida

Apesar de o câmbio ter minado os ganhos durante o segundo trimestre, a Votorantim S.A., holding do grupo dos Ermírio de Moraes, segue confiante em reduzir a alavancagem financeira no ano e aposta em gerar por si os recursos necessários para seus próximos planos de investimento.

Em entrevista ao **Valor**, Sérgio Malacrida, diretor financeiro, disse que a perspectiva ainda é de índice de dívida líquida sobre Ebitda - ou quantos anos de lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização levaria para pagar as obrigações - feche 2018 em 2 vezes. Em junho, atingiu 2,69 vezes.

Por conta desse saneamento das finanças, mesmo com algumas operações enfrentando momento adverso, especialmente a área de cimentos, a empresa confia nas próprias pernas para sua próxima rodada de investimentos. As opções ainda são discutidas internamente, mas os setores de interesse são os de infraestrutura, propriedades imobiliárias e energia.

"Esse cenário de alavancagem em 2 vezes viria mesmo sem o dinheiro da operação de Fibria e Suzano", afirma o executivo. A Votorantim deve receber ao menos R\$ 8,6 bilhões com a fusão, mais uma fatia na empresa resultante da

combinação das duas produtoras de celulose, quando a transação for aprovada. "Já estaremos bem confortáveis."

No segundo trimestre, o grupo viu seu lucro líquido atribuído a controladores cair 83,9%, em comparação anual, para R\$ 94 milhões, por conta do efeito, em sua dívida, da queda de 16% do real ante o dólar no período. A receita líquida, por outro lado, cresceu 22,5%, para R\$ 8,2 bilhões, e o Ebitda ajustado subiu 15%, para R\$ 1,7 bilhão.

Mas o dólar beneficiou o lado operacional, já que atende por 35% das receitas. O maior fator de crescimento, contudo, explica Malacrida, é o bom momento dos preços de metais, vendidos pela Nexa Resources e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Na Votorantim Cimentos, ganhos de eficiência têm aliviado o resultado, mas a holding ainda aguarda melhora de mercado no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: CVM critica direção da Petrobras no caso Pasadena

A área técnica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concluiu que não houve decisão informada e refletida na compra da refinaria de Pasadena por parte da diretoria e do conselho de administração da Petrobras à época. Para o regulador, os então executivos não agiram de acordo com os interesses da companhia ao aprovar a compra do ativo.

O regulador acusa a ex-presidente Dilma Rousseff e mais onze pessoas, entre ex-conselheiros e administradores da Petrobras. Dilma foi presidente do conselho de administração da estatal até março de 2010, na mesma época em que foi ministra da Casa Civil. Também são acusados no caso o ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci, os ex-conselheiros da Petrobras Cláudio Luiz Haddad, Fábio Barbosa, além do general Gleuber Vieira. Os ex-diretores Guilherme Estrella, Ildo Sauer, Nestor Cerveró, Paulo Roberto Costa, Renato Duque, Almir Barbassa e o ex-presidente José Sérgio Gabrielli também estão entre os acusados. A investigação foi instaurada em 2014 e concluída em junho.

No caso da diretoria, a CVM afirma que as informações levantadas levam a crer "na inexistência de uma decisão informada e refletida, pois os diretores sequer solicitaram as avaliações financeiras realizadas, tampouco leram os documentos suporte à aprovação do projeto", diz o relatório do inquérito da autarquia. A área técnica afirma que os diretores se contentaram com apresentações da diretoria internacional e com avais dados por Cerveró e Costa, mesmo sem a pauta ter passado pela análise prévia dos assistentes dos diretores.

"Ainda mais se considerando que entre as duas últimas deliberações da diretoria executiva sobre o projeto em setembro de 2005 e fevereiro de 2006, houve mudanças importantes nos parâmetros da operação (preço pago, participação acionária adquirida e inclusão de uma trading company)", afirma o documento. O regulador também lembra que a operação foi deliberada por meio de "pauta auxiliar", sem a necessária antecedência na apresentação de documentação suporte e análises prévias por parte dos assistentes. Isso reforçaria ainda mais a necessidade de maior diligência por parte dos executivos.

Cerveró e Costa são acusados, ainda, de terem recebidos vantagens indevidas e atuado com desvio de poder. A CVM considerou que os acordos de colaboração premiada realizados pelos então executivos com a Justiça Federal deram origem a diversos processos e que "estão permitindo deslindar a teia de corrupção na Petrobras", inclusive o caso Pasadena. "Caso eles venham a ser considerados culpados pelo colegiado desta autarquia, este avaliará a adequação das respectivas manifestações a cada caso concreto e seu efeito na dosimetria da pena a ser aplicada", diz o relatório do inquérito.

Houve passividade dos conselheiros na busca de informações sobre Pasadena, concluiu o relatório do inquérito. "Os conselheiros careceram de diligência ao dispensar uma avaliação completa do ativo-alvo", afirma.

Alvo de denúncias de corrupção, a refinaria é considerada um dos estopins da operação Lava-Jato. A compra de Pasadena pela Petrobras se deu a partir de 2006, quando a estatal adquiriu 50% da empresa da belga Astra Oil, por US\$ 360 milhões. Dois anos depois, a petroleira brasileira e a Astra Oil se desentenderam e por causa de uma decisão judicial a Petrobras teve que adquirir a fatia restante. A aquisição custou US\$ 1,18 bilhão à companhia brasileira. O negócio foi aprovado por unanimidade pelo então conselho de administração da Petrobras.

"Não cabe à CVM arbitrar o valor justo de um ativo a ser adquirido. Todavia, caso tivessem exercido o mínimo de diligência na questão, os conselheiros deparar-se-iam com uma situação em que havia fortes indicações de que a Petrobras estaria pagando mais por menos - maior preço por menor participação", afirma o superintendente de processos sancionadores da CVM, Guilherme Aguiar, que assina o documento.

A CVM lembra que apresentação em novembro de 2005 advogava pela aquisição de 70% do capital da refinaria, que caiu para 50%. Os conselheiros também não questionaram essa redução ou buscaram possíveis salvaguardar necessárias à Petrobras, já que isso também significava a renúncia à compra do controle.

MME / ASCOM .